

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.171 - DF (2014/0243654-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : MARCOS VINÍCIUS WITCZAK E OUTRO(S) - DF011923
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CPC/1973. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REESTRUTURAÇÃO MATERIAL DE CONSELHO TUTELAR. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. REEXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL. DESCABIMENTO. REVISÃO DO QUADRO PROBATÓRIO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

1. O disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n. 101/2000, apontado como violado, não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.
2. Ainda que superado o óbice do prequestionamento, o apelo especial não lograria melhor sorte, em razão dos óbices das Súmulas 280/STF, 7/STJ e 283/STF.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator